

LACUNAS DA HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA DESENVOLVIDA NO BRASIL NO SÉCULO XVIII*

GAPS IN THE 18TH CENTURY BRAZILIAN ARCHITECTURE HISTORIOGRAPHY

Rodrigo Almeida Bastos*

RESUMO

O texto apresenta alguns dos problemas que afligem a historiografia da arquitetura brasileira do século XVIII – principalmente em Minas Gerais –, à luz de fontes documentais primárias e novas pesquisas que apontam para a necessidade de contínua revisão de suas compreensões. À guisa de motivação para a pesquisa histórica em arquitetura, apresenta também aspectos considerados relevantes para a formação do arquiteto na atualidade, vigorados justamente através das discussões embaladas pela teoria e pela história da arquitetura desenvolvida no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia; Arquitetura brasileira; Século XVIII.

ABSTRACT

This text presents some problems of the 18th century Brazilian architecture historiography – primarily in the state of Minas Gerais – in the light of traditional documents as well as new research works that point out the need for permanent reviewing. It also mentions some relevant aspects to the contemporary qualification of architects, born from discussions about the theory and history of Brazilian architecture.

Key words: Historiography; Brazilian architecture; 18th century.

* Apresentado oralmente no II Seminário Interpretar Arquitetura, realizado pelo grupo de estudos Hermenêutica e Arquitetura. Belo Horizonte, novembro de 2003.

** Arquiteto e urbanista pela Escola de Arquitetura Professor Edgar Graeff (UCG), engenheiro civil (UFG), mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo (UFMG); professor do Departamento de Arquitetura da PUC Minas e da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Fumec.

Compreendo o estudo da história da arquitetura sob duas razões principais, para mais que justificar sua relevância na formação do arquiteto:

- 1) a primeira razão é uma *premissa*: a compreensão dos objetos e dos vários aspectos relativos aos processos que condicionaram a formação de nossas cidades e conjuntos arquitetônicos é condição cultural indispensável à formação do arquiteto;
- 2) a segunda razão é uma *promessa*: o estudo da história contribui para o que gosto de chamar de *preparação humana* do arquiteto. Ao lado de outras humanidades como as artes, a filosofia, a antropologia etc., o estudo da história expande as possibilidades de compreensão da experiência humana no mundo e, portanto, do conjunto de valores (a serem) considerados na ação (po)ética responsável por sua contínua e incessante transformação.

Escrever a história da arquitetura é, pois, uma ação, motivada pela contemplação compreensiva, muitas vezes fascinante, do que outrora existiu ou ainda existe. Assim é que surgem as teorias, compreensões que buscam nos aproximar ainda mais, no melhor sentido dos termos, de nosso patrimônio habitado. Sobretudo porque esse patrimônio constitui parte essencial de nossa existência, lugares de nossas experiências bem ou mal compreendidas, ambientes de nossas vidas bem ou mal vividas.

O título proposto – **Lacunas da historiografia da arquitetura desenvolvida no Brasil no século XVIII** – poderia sugerir que o exercício de escrever a história possuísse um final objetivamente alcançável. Poder-se-ia supor, então, que as lacunas da historiografia fossem problemas a serem resolvidos, até que, preenchidas todas, uma a uma, exibiriam uma visão global e terminantemente conclusiva dos objetos estudados e de sua história. Pretendo defender uma tese que de-

safia essa visão e, aparentemente, o próprio título deste texto. Pretendo defender a idéia de que a historiografia é, por excelência, o território das lacunas. As lacunas da historiografia não se extinguem: devo dizer ainda que se encontram em contínua e incessante multiplicação. O hipotético preenchimento de alguma lacuna não apenas pode abalar as lacunas anteriormente consideradas preenchidas, ao sugerir suas revisões e reinterpretações, como também pode tornar visíveis muitas outras que sequer eram imaginadas. Defenderei essa tese a partir de algumas “lacunas” da historiografia da arquitetura desenvolvida no Brasil no século XVIII, concentrando-me na capitania de Minas Gerais, um dos maiores centros de produção artística do universo luso-brasileiro.

Iniciemos com uma questão que fundamenta praticamente todas as outras questões: justamente a formação dos arquitetos, engenheiros, mestres de ofícios, artesãos e artífices no século XVIII em Minas Gerais. Há alguns meses, quando discutíamos em nosso grupo de pesquisas (Hermenêutica e Arquitetura) problemas emergentes relativos ao ensino da arquitetura, comemorávamos o aniversário da Escola de Arquitetura da UFMG. Dedicava-me a redigir um texto, alimentado também por minhas pesquisas na documentação primária do século XVIII, intitulado: “Os primeiros professores de arquitetura de Minas Gerais”. Objetivava, nesse estudo, apresentar alguns personagens e algumas indicações documentais bastante interessantes, localizados nos primeiros anos do século XVIII na capitania, alimentados e confrontados com dados de pesquisas muito recentes sobre a formação de arquitetos e engenheiros militares portugueses e brasileiros, nas “Aulas” de arquitetura e engenharia militar, abertas em Portugal desde o século XVI e, no Brasil-colônia, nos últimos anos do século XVII: na Bahia, no Rio de Janeiro, no Maranhão e em Pernambuco. Preciso advertir de imediato que Minas Gerais não possuiu dessas “Aulas” oficiais de arquitetura, o que dificulta nossa discussão; mas a torna ainda mais intrigante, sobretudo se considerarmos a destacável qualidade da arte e da arquitetura aqui produzidas no período em discussão.

O convívio com a documentação setecentista e com as reflexões oriundas das pesquisas fizeram-me, entre outras aberturas, reconsiderar um trecho bastante conhecido do **Livro de registro de fatos notáveis** – estabelecido em 20 de julho de 1782 por ordem de Dona Maria, rainha de Portugal –, redigido em 1790 pelo segundo vereador do “senado da câmara” de Mariana, o capitão Joaquim José da Silva. Registrou o vereador (e há que se alertar para a participação fundamental dos vereadores nos processos povoadores efetivados nas vilas coloniais)¹ que Manuel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho, “continuou”, no canteiro de obras do Palácio dos Governadores de Vila Rica, década de 1740, suas “lições práticas de arquitetura que interessaram a muita gente” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

¹ Tratei desse assunto no terceiro capítulo de minha dissertação: “Constituição, conservação e aumento do decoro das povoações” (Cf. BASTOS, 2003).

E SAÚDE, 1951, p. 30). Não será novidade ressaltar que arquitetura, àquela época, “interessava a muita gente”, tanto que a estrutura artístico-construtiva setecentista avultou também em quantidade de oficiais que serviram às construções coloniais setecentistas, oficiais que certamente deviam se interessar por essas “lições práticas de arquitetura”. Mas o que importa destacar aqui é que o competente mestre português que arrematou e louvou, com reconhecida e declarada autoridade, várias obras públicas e particulares, atente-se para o termo, “continuou”, e muito provavelmente, portanto, as ofereceu em outros lugares, “lições práticas de arquitetura”.

Essas “lições” do mestre português Manuel Francisco Lisboa se situavam na década de 1740, mas há outros personagens bastante antecedentes nessa história dos primeiros professores de arquitetura em Minas Gerais. Quero chamar a atenção para o engenheiro militar Pedro Gomes Chaves, em quem acredito residir uma das mais promissoras “lacunas” da historiografia, a ser explorada em vários aspectos. Pouco estudado e comentado, o engenheiro militar estava em Minas Gerais já em 1711, naqueles tempos decisivos de ereção das primeiras vilas: do Carmo, Vila Rica e Sabará. Pedro Gomes Chaves foi enviado de Portugal para a “Praça” da Bahia em 1709, não apenas para assistir “onde for necessário” como também justamente para “ensinar na aula pública aos que quiserem aprender” (SOUSA VITERBO, 1922, p. 210). A carta que representou essas informações salientou as virtudes do engenheiro, comparando-o a outros que também saíam da “Aula” em Portugal para as conquistas sem, porém, apresentar as competências por ele já demonstradas.

Essas “Aulas” oficiais, das quais participou Pedro Gomes Chaves, eram ministradas através de exercícios práticos e também com a “leitura” (teórica) dos tratados de arquitetura e engenharia militar com os quais se preparavam os oficiais responsáveis pela fábrica construtiva a ser empreendida na metrópole e nas colônias. Vitruvius, o mais importante, sem dúvida, traduzido pela primeira vez fora da atual Itália justamente em Portugal, ainda em 1541, pelo cosmógrafo e matemático Pedro Nunes, professor na Escola Particular de Moços Fidalgos da Ribeira, mas também Leon Battista Alberti, Pietro Cataneo, Andrea Palladio, Serlio, Vignola, Scamozzi e outros, franceses e holandeses, um pouco mais tarde. Os portugueses também escreveram tratados de arquitetura e engenharia militar, destacando-se, ainda no século XVI: António Rodrigues e João Baptista Lavanha; no XVII: Serrão Pimentel e Matheus do Couto; no XVIII: Manuel de Azevedo Fortes e Luiz Gonzaga – este último um padre jesuíta, “mestre” do rei Dom João V (durante seu reinado o apogeu das povoações mineiras), o primeiro tratadista, segundo Beatriz Bueno (2001), a aplicar os princípios vitruvianos (ordem, disposição, euritmia, simetria, decoro e distribuição) à arquitetura militar. Durante o VI Colóquio luso-brasileiro de História da Arte, realizado em outubro de 2003 no Museu Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, a mesma pesquisadora Bea-

triz Bueno lançou uma hipótese bastante interessante a essas discussões, defendendo a presença, nessas “Aulas” oficiais de arquitetura, não apenas dos arquitetos e engenheiros militares, mas também de mestres construtores portugueses, dentre os quais salientou justamente os que vieram para Minas Gerais, como Manuel Francisco Lisboa e Francisco de Lima Cerqueira. As “lições práticas de arquitetura” de Manuel Francisco Lisboa certamente não consistiam, pois, em eventualidades, alimentadas pelas lições práticas e teóricas possivelmente frequentadas pelo mestre-arquiteto em Portugal.

Retornemos a Pedro Gomes Chaves. Ele esteve em Pitangui em 1714 (elevada à condição de vila apenas em 1715), segundo “Instrução” (APM SC 09, f. 20v-22) do então governador da capitania D. Bras Balthazar da Silveira, encarregado de “repartir terras” e, atente-se novamente para os termos, “acomodar” os moradores. Além de possuir sentidos específicos no contexto mineiro setecentista, segundo o estudo de Carla Anastasia e Flávio da Silva (2001, p. 307-322), o termo “acomodação” (*commoditas/utilitas*) designava sentidos de “adequação” bastante importantes nos tratados de retórica, poética e arquitetura, fundamentais para as teorizações e produções artísticas do período (BASTOS, 2003, p. 91-100).

Próximas à “Instrução” que o governador D. Bras determinou especificamente a Pedro Gomes Chaves para sua missão em Pitangui, encontrei, no mesmo códice do Arquivo Público Mineiro, várias cartas do próprio governador endereçadas a moradores de destaque em Pitangui naqueles anos, nas quais ressaltou a competência do engenheiro que para lá seguia, com o qual, finalizou, ficariam “mui satisfeitos” (APM SC 09, f. 18v-19v). Uma dessas cartas foi destinada a Bartolomeu Bueno – o dito “segundo Anhanguera” – aquele que, alguns anos mais tarde, redescobriria minas na região de Goiás (previamente encontradas por seu pai, o “primeiro Anhanguera”), acomodando-se naquele lugar que acabaria constituindo a futura capital Vila Boa (atual Goiás Velho, reconhecida recentemente pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade).

A interpretação desses documentos aparentemente simples proporciona uma nova abertura bastante conseqüente à compreensão do início dos processos povoadores efetivados não apenas em Minas Gerais, mas também em Goiás. Se considerarmos atentamente os princípios que estavam envolvidos na formação dos arquitetos e engenheiros militares luso-brasileiros, como Pedro Gomes Chaves, que tivera contato justamente nas primeiras acomodações em Pitangui com Bartolomeu Bueno, torna-se pertinente, quase exigente, realimentar novos estudos sobre as primeiras ocupações de Goiás; região essa bastante influenciada pelo modo com que se costumou compreender o desenvolvimento das povoações de Minas Gerais, ou seja, do tipo “espontâneo”. Bartolomeu Bueno tivera contato, em Pitangui, com um engenheiro capacitado por princípios e preceitos justamente orientados à implantação de edifícios e povoações, e parece-me muito possível que esse contato possa tê-lo preparado para as primeiras ocupações do “novo

descobrimto” minerador, sobretudo porque Bartolomeu Bueno teve um papel destacável na “acomodação” de Vila Boa. Ademais, estamos falando da primeira metade do século XVIII, de um tempo em que os costumes e a tradição autorizada possuíam, por assim dizer, reconhecimento de lei. A noção de “inovação”, ou de “originalidade” é, no mínimo, problemática nesse período. As tradições construtivas e os modelos de representação e organização espacial deveriam ser imitados (*mimesis*), adequados decorosamente às circunstâncias específicas locais. De fato, uma lacuna aparentemente preenchida por alguns documentos recoloca a necessidade de se rever antigas compreensões; e os velhos objetos, ainda e diariamente vivos, ainda que ausentes, continuam proporcionando novos estudos.

O mito da “cidade espontânea” – que, é preciso dizer, povoa praticamente todo o universo urbanístico luso-brasileiro – consagrou-se principalmente em Minas Gerais, após os estudos de Sylvio de Vasconcellos (1956 e 1959, p. 1-6) e a anuência a este de importantes estudiosos da cidade colonial luso-brasileira, como Paulo Ferreira Santos (Formação de cidades no Brasil-colonial, 1968) e Roberta Marx Delson (Novas Vilas para o Brasil-colônia, 1979). Contrariando essa noção geral de espontaneidade, concluí em minha dissertação, apresentando as evidências da efetivação de um *urbanismo conveniente* luso-brasileiro em Minas Gerais na primeira metade dos setecentos. Desenvolvi justamente os princípios e preceitos desse urbanismo fundamentado na conveniência, na decência e no decoro, presentes nos tratados de arquitetura e engenharia militar, acima referidos; princípios considerados por engenheiros, mestres, oficiais, vereadores, ouvidores, juízes, corregedores, procuradores, governadores e outros agentes luso-brasileiros nos processos de implantação, adequação, “aumento” e “conservação” de “novas povoações”, destacando-os e compreendendo-os na documentação coeva referente às suas efetivações.

Muito ainda precisa ser feito em muitos caminhos. Procurar os modelos que possam ter servido de referência a essas implantações é bastante importante, em muitos casos esclarecedor. Mas precisamos também nos dedicar mais aos princípios retórico-poéticos considerados nesses *processos povoadores* setecentistas. Colabora com esse desafio Eduardo Horta Correia, importante estudioso português, ao dizer que uma dita “escola portuguesa de urbanismo” – que se consolidou justamente no século XVIII no Brasil-colônia – estava amparada muito mais por princípios e preceitos do que por modelos rígidos de configuração urbana. Aproveito para ressaltar, pois, o que nos estudos gerais da História é uma necessidade constante, conquanto na história da arquitetura precisa ser consolidado como procedimento indispensável de pesquisa: o estudo da documentação primária contemporânea ao estabelecimento desses conjuntos arquitetônicos e povoações. Pois nesses documentos podem se encontrar não apenas os indícios dos fatos históricos, como também justamente as evidências daqueles princípios essenciais, decisivos às resoluções de âmbito retórico-político e artístico-construtivo; docu-

mentos porventura inéditos, não lidos há dezenas, talvez centenas de anos, e que se referem diretamente ao processo de formação de nossos conjuntos arquitetônicos e cidades.

No estabelecimento coletivo de uma historiografia da arte e da arquitetura brasileira – primeira metade do século XX –, as cidades e os conjuntos arquitetônicos de Minas Gerais serviram a um desígnio poético-ideológico essencial, vigorando o discurso moderno de construção de uma identidade nacional então “redescoberta”. Essas cidades e conjuntos precisavam se mostrar, para tanto, divertidos, para não dizer totalmente livres das regulações metropolitanas. Sob essa justificativa, melhor se assentam, e até se justificam, compreensões como essa da “espontaneidade” a definir a formação e o desenvolvimento das povoações. E usamos ainda aventar: o que essa “espontaneidade” representou para a análise da cidade, a “originalidade” representou para a análise do edifício e do ornamento.

Era preciso edificar paradigmas poético-ideológicos, dos quais o exemplo máximo foi a analogia entre Aleijadinho e Oscar Niemeyer, tomados como exemplos-síntese de épocas e culturas que, finalmente, por assim dizer, após o “intervalo” neoclássico e eclético, nas palavras de Lúcio Costa, se reencontravam. Desenvolvi alguns aspectos positivos dessa construção poético-ideológica em outro texto publicado no número 4 da revista *Interpretar Arquitetura*, denominado “Contemplações de Ouro Preto” (2002), mas para a historiografia da arquitetura as repercussões dessa ideologia foram mais problemáticas e, ainda hoje, presentes. Se a poética contemporânea parece realmente ter se liberado das postulações modernistas, a historiografia está ainda a tatear novos caminhos; justamente porque esta, a historiografia – entendida como teoria, compreensão e escrita da história –, caminha muito mais lentamente do que as *teorias poéticas*² (ou seja, criativas) da arquitetura.

Procurei demonstrar quão crescentes são suas lacunas e quão inesgotável é o exercício de escrever a história da arquitetura, e não apenas a do século XVIII. Parti do problema fundamental da formação dos arquitetos e oficiais setecentistas luso-brasileiros, mas poderia ter partido de qualquer outro problema interessante. Assim o fiz porque precisamos discutir incessantemente a formação dos arquitetos e urbanistas, e também porque acredito que esse problema alimenta outras discussões que tratam objetivamente do ontem e do hoje, porque ambas continuamente nos conformam. Além disso, como salientei, algumas pesquisas proporcionaram, nos últimos anos, dados bastante interessantes acerca da formação dos arquitetos, engenheiros e oficiais atuantes no Brasil no século XVIII, e deverão proporcionar, nos próximos anos, outras visadas aos conjuntos arquitetônicos setecentistas em todo universo luso-brasileiro.

² Sobre a definição de uma *teoria poética*, cf. BASTOS (2002).

Fiz questão de costurar alguns grandes temas consagrados da historiografia setecentista mineira, como a “espontaneidade” das povoações e a “originalidade” dos conjuntos arquitetônicos ou do ornamento. Poderia citar outros, como a própria designação “barroca” apontada em produções do período, problemática se considerarmos que ela surge bem após essas produções, em contexto ideológico e estilístico específicos, já alertou o professor João Adolfo Hansen (2001, p. 180-189). Ademais, se nos propomos a escrever historiografia, devemos penetrar efetivamente os regimes próprios, contemporâneos, dessa produção, evitando, quanto possível, a utilização de categorias e conceitos posteriores. Não ousaria dizer que seja incorreto utilizar a designação “barroco”, mas apenas defender a seguinte proposição: se deixarmos um pouco de lado os objetivos e as designações que tendem às classificações estilísticas dedutivas, redutoras da análise artística e arquitetônica, seremos levados a nos atentar mais para os processos e regimes característicos de concepção, produção e recepção das representações artísticas e construídas, e a melhor entendermos suas formações. Não bastasse, o século XVIII guarda outra complexidade, consistindo num período de transição entre o antigo regime e o iluminismo. É durante a segunda metade do século XVIII que se enuncia a consolidação de novos postulados filosóficos e políticos, efetivos sobre o entendimento e os modos da produção artística, dos quais não se poderá isentar o pesquisador.

Falemos um pouco sobre os desafios institucionais e de sistematização. Precisamos aliançar pesquisadores de outras áreas, como a história, a geografia, as belas-artes, a literatura, a filosofia etc. O conjunto de produções artísticas, seis e setecentista, serviu essencialmente à contínua representação teatralizada do “corpo místico” do reino lusitano, e quanto melhor conhecermos seus vários modos de representação, sentidos de ordem e hierarquia, melhor conheceremos cada um deles em sua singularidade.

Precisamos alimentar constantemente o corpo de pesquisadores em história da arquitetura, a serem estimulados desde a graduação. As dezenas de conjuntos arquitetônicos e urbanos luso-brasileiros esperam ainda por simples estudos monográficos e temáticos, conquanto muito haja feito; sob o risco de acompanharmos descaracterizações às vezes irreversíveis do patrimônio artístico, por descaso ou por intervenções inconseqüentes. Quanto melhor conhecermos nosso patrimônio e seus processos de formação, melhores serão, indiscutivelmente, os projetos sobre eles investidos.

As disciplinas de teoria e história da arquitetura devem assumir também o papel de estimular novos pesquisadores. Na atual conjuntura, abafadas pelo pragmatismo, pelo tecnicismo e também pelo predomínio silente ou declarado das disciplinas de “projeto”, aquelas disciplinas têm perdido espaço. Precisamos defender uma posição consistente sobre a importância da história na formação de um arquiteto que queremos mais preparado, sobretudo para refletir sobre a impor-

tância coletiva dos desígnios latentes em sua atuação. Aqui, a meu ver, a maior contribuição a ser proporcionada pelo estudo da história: a formação de homens e mulheres preparados para repensar e renovar, no mais abrangente sentido dos termos, a cultura ambiental humana.

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho; SILVA, Flávio Marcus da. Levantamentos setecentistas mineiros, violência coletiva e acomodação. In: FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 307-322.

ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, O ALEIJADINHO. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. (Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 15). p. 30.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM) – Seção Colonial 09 (SC 09), f. 20v-22.

BASTOS, Rodrigo Almeida. Contemplações de Ouro Preto. In: **Interpretar Arquitetura**, n. 4, v. 3, 2002. Disponível em (www.arq.ufmg.br/ia).

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2003. (Orientada pelo Prof. Dr. Carlos Antônio Leite Brandão).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. (Orientada pelo Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho).

HANSEN, João Adolfo. Artes seiscentistas e teologia política. In: TIRAPELI, Percival (Org.). **Arte sacra colonial: barroco memória viva**. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 180-189.

SOUSA VITERBO, Francisco de; CHAVES, Pedro Gomes. **Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional/Academia das Ciências de Lisboa, 1922. v. 1, p. 210.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil, pintura mineira e outros temas**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959. Formação das povoações de Minas Gerais, p. 1-6.

Endereço para correspondência:

RODRIGO ALMEIDA BASTOS
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Av. Dom José Gaspar, 500, Coração Eucarístico
30535-610 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
e-mail: daidalon@ig.com.br